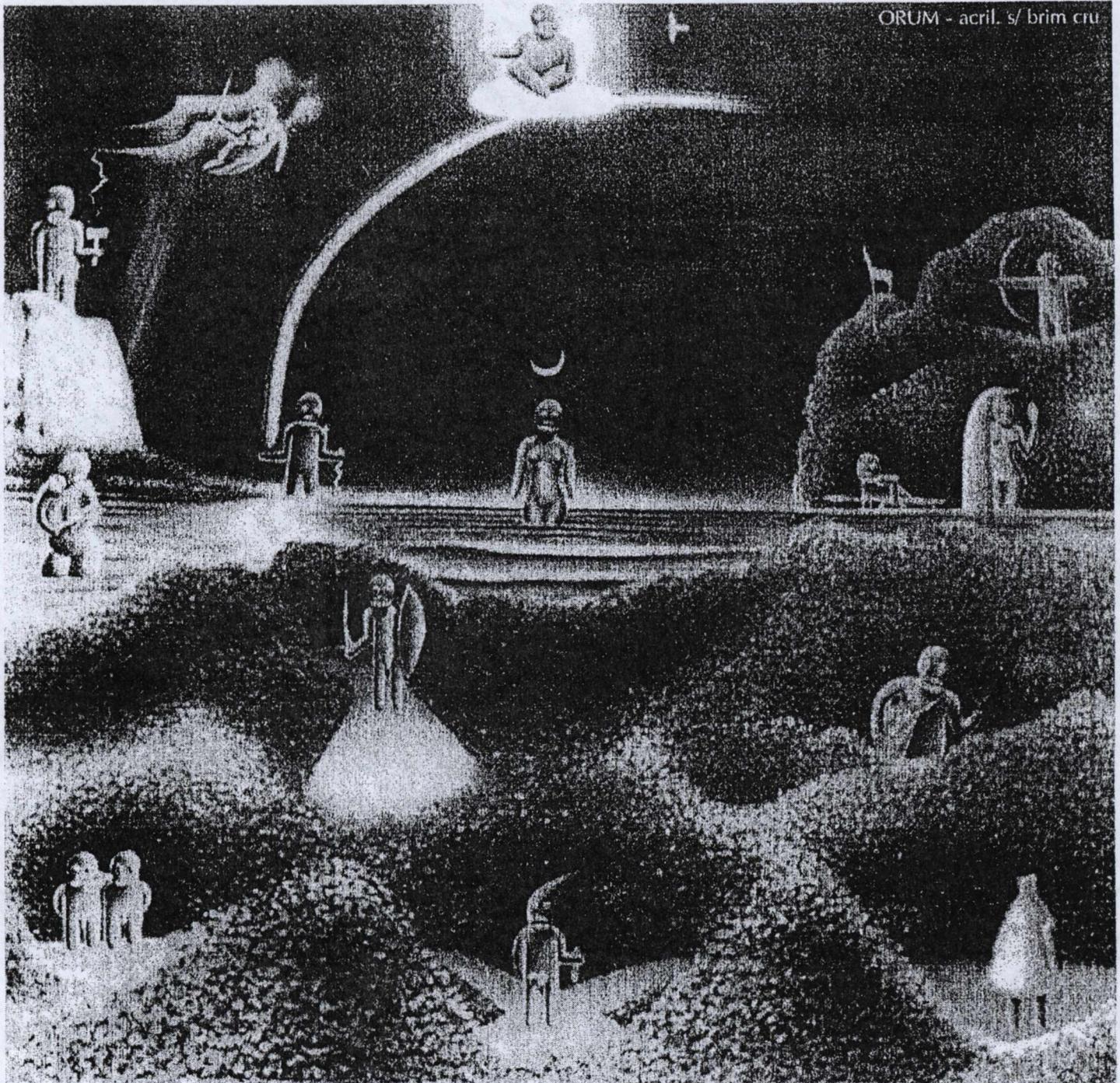


50 ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PT



*Novos problemas e maiores exigências
para o combate ao racismo- agosto/97*



Secretaria Nacional de Combate ao Racismo
Partido dos Trabalhadores



circ108/97snr

São Paulo, 08 de setembro de 1997.

Da: Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Para: José Dirceu - Presidente do PT

Companheiro,

Vimos por meio desta enviar as atas dos Encontros Setoriais realizados ao longo do processo que antecedeu ao 11º ENPT. Tendo a participação de 608 filiados nesses Encontros.

Aproveitando a oportunidade para enviar também as atas dos 05 (cinco) Encontros Setoriais, que de direito segundo o art. 55 item D) a um membro do Setorial de Negros e Negras no Diretório Nacional.

Temos também uma observação a ser feita aos Encontros Setoriais Estaduais dos Estados da Bahia e Santa Catarina.

O Encontro Estadual da Bahia que teve a presença de 53 participantes filiados ratificado em ata assinada pelos companheiros Samuel Vida e Ivonei Pires, até hoje depois de várias solicitações feitas ao Diretório Regional da Bahia, através da assessoria da SNCR, o mesmo não enviou lista de presença complementar de 26 filiados que foram credenciados em separado, portanto só temos em nosso poder a lista de presença de 27 filiados presente ao Encontro.

Bem como o Encontro Setorial de Santa Catarina, em que já existe uma tradição que o Setorial de Negros e Negras é realizado em conjunto com outros Setoriais e o quorum estabelecido é o total de filiados presente ao Encontro nesse caso o quorum é de 72 filiados presentes, a lista de presença já foi solicitada através de nossa assessoria junto ao Diretório Regional de Santa Catarina.

Sem mais para o momento aceite desde já os nossos protestos e elevada estima e consideração.

Axé Petista

Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Secretário Nacional de Combate ao Racismo

I-INTRODUÇÃO:

“Com a comemoração do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, destacou-se um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público brasileiro. Nunca se discutiu tanto a questão racial, dia-a-dia, a mídia divulgou pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista.

A despeito do isolamento político a que historicamente foi submetida, a luta anti-racista se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de direitos à cidadania”.

IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT 300 anos de Zumbi e perspectivas 96.

1. O texto acima, parte do relatório do nosso último Encontro Nacional, realizado no período de 26 a 28 de janeiro de 1996, espelha bem o momento em que SNCR foi criada no Partido dos Trabalhadores.

2. Além de representar um marco no debate partidário acerca da questão racial, seu surgimento integra todo esforço do movimento negro brasileiro de reorientação de sua estratégia de intervenção frente a uma nova realidade onde conseguimos desnudar o mito da democracia racial e concluímos um longo ciclo de lutas de várias gerações de militantes, negros e negras, cujas principais marcas foram: o resgate e valorização de nossa identidade e do histórico de luta e resistência de um povo; a denúncia e o protesto contra o racismo e de sua utilização, pelas elites brancas, como um instrumento de dominação, opressão e genocídio da população não branca em nosso país.

3. Avaliamos a importância da intervenção do movimento negro contemporâneo que possibilitou conquistas importantes no plano jurídico-institucional nas últimas décadas e o fortalecimento de nossa organização em múltiplos espaços: locais de trabalho, no meio rural, nas centrais sindicais, nas escolas e universidades, nas práticas re-

ligiosas em órgãos.

4. Diagnosticamos com precisão o atual quadro das condições de vida da população negra onde somos a parcela da população mais diretamente atingida pelas políticas genocídios e de exclusão em curso.

5. Soubemos apontar o quanto as políticas de cunho neoliberal anunciadas pelo governo FHC, agravariam ainda mais essa situação e ampliariam a marginalização do povo negro.

6. Conseqüentemente, nos colocamos em alerta frente ao canto da sereia do discurso enganoso de FHC em relação a questão racial, que reconhecia a existência do racismo em nosso país e acenava com algumas iniciativas como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, em resposta a exitosa Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, de 20 de novembro de 1995.

7. Discursos e iniciativas que atendem, parcialmente, históricas reivindicações do Movimento Negro, conseguindo atrair importantes militantes, inclusive fundadores e fundadoras do PT, que acreditam que a inclusão de parte da população negra na sociedade já garante a minimização do racismo no Brasil.

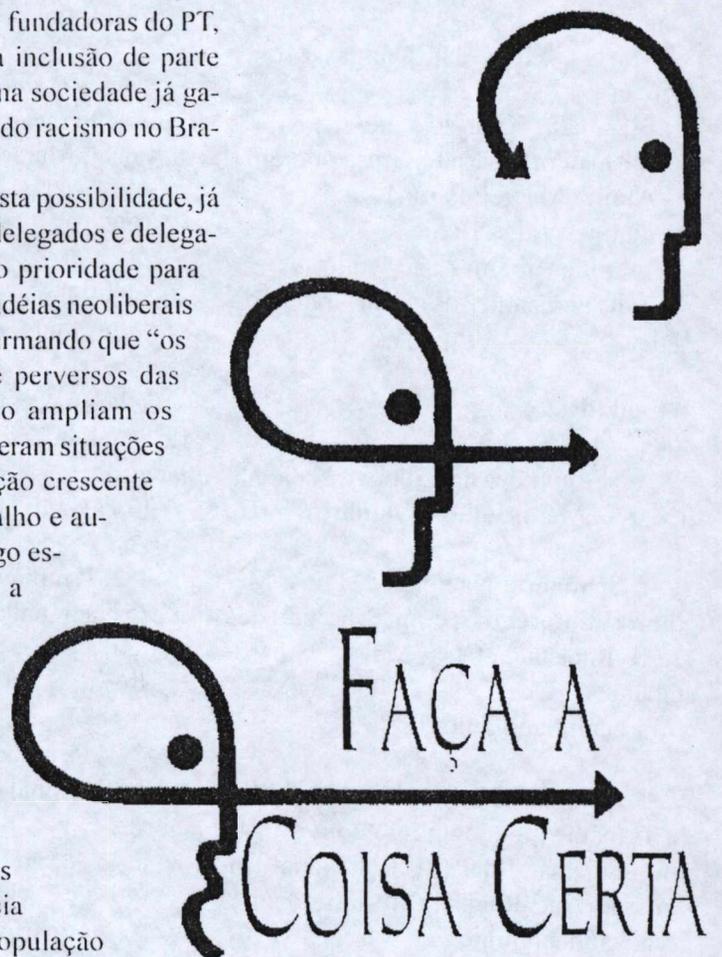
8. Antevendo esta possibilidade, já no IV Encontro, os delegados e delegadas definiram como prioridade para SNCR o combate as idéias neoliberais do governo FHC, afirmando que “os efeitos estruturais e perversos das ações deste governo ampliam os contrastes sociais e geram situações como a informalização crescente do mercado de trabalho e aumento do desemprego estrutural. Acentua-se a precarização das vidas dos menos privilegiados ou sem privilégio algum, nas cidades ou no meio rural, que desarticulam os padrões sócio-culturais e acentuam a violência e o genocídio da população

negra e pobre”.

9. Em relação ao PT, todos os debates e intervenções ressaltaram o tratamento secundário à questão racial em nossas ações partidárias, a partir de uma auto-referência eurocêntrica e de uma tradição teórica economista que tenta explicar a sociedade apenas pelas suas diferenças entre classes sociais.

10. As definições do IV Encontro reforçaram a leitura que torna absoluta a impossibilidade de transformações estruturais da sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. A SNCR foi destinada a tarefa de convencimento das demais instâncias e da direção do nosso partido quanto ao caráter estratégico da luta anti-racista, na disputa por uma sociedade socialista e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

11. Essa síntese de questões apresentadas pelo IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT expressam um rol de definições que pautaram a intervenção da SNCR em sua primeira gestão.



II- UM BREVE BALANÇO DA INTERVENÇÃO DA SNCR.

- Atividades realizadas**
- 1995**
- * 3º Encontro Nacional de Negras e Negros do PT, julho de 1.995
Local: Belo Horizonte / MG
Aprovada a criação da SNCR
 - * 10º Encontro Nacional do PT, agosto de 1995
Local: Guarapari /ES
Criação da Secretaria da SNCR
- 1996**
- * 4º Encontro Nacional de Negras Negros do PT, janeiro de 1.996
Local: Instituto Cajamar/SP
 - 1º Corpo Dirigente da SNCR
Flávio Jorge Rodrigues da Silva- Secretário Nacional
Coletivo Nacional da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo
 - Membros:**
Verônica Marques Rodrigues- Rio de Janeiro
Martvs Alves das Chagas-Minas Gerais
Elizabeth Viana- Rio de Janeiro
Carlos Porto - Mato Grosso do Sul
Almira Maciel -Paraná
Samuel Vida - Bahia
Matilde Ribeiro - São Paulo
Talis Fernando Rosa - Rio Grande do Sul
- Atividades:**
- * 04 Reuniões do Coletivo Nacional (Março ,Maio, Julho e Outubro)
 - * Seminário Nacional "Mais e Melhores Empregos" com Sindicalistas Anti- Racista da CUT, Maio - 93 participantes.
Local: São Paulo/SP
 - * Seminário Nacional "Gênero, Raça e Trabalho", em conjunto com o Instituto Cajamar, Ildes, CUT Nacional-Comissão Anti-Racista, 80 participantes realizado em julho.
- Local: Instituto Cajamar/ SP
- * Participação no Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares realizado em março.
Local: Praia Grande/ SP
 - * Campanha Nacional "Faça a Coisa Certa" pelo voto racial, junho a novembro, com inserção direta em 16 Estados organizados: BA, SP, RJ, MG, ES, PR, MS, MT, BSB, GO, PE, SE, S, PA, CE, SC, PI.
 - * Coordenação do Seminário Estadual de Candidaturas Negras / SP em junho.
Local: Instituto Cajamar/ SP
 - * Participação no Seminário de Combate ao Racismo, promovido pela CUT/ MG, em julho:
Local: Belo Horizonte/ MG
 - * Coordenação do Seminário Estadual de Candidaturas Negras / MG, em agosto
Local: Belo Horizonte/ MG
 - * Reunião com Almir Paraca, Prefeito de Paracatu / MG, em dezembro
Local: Maracatu/ MG
- 1997**
- * 03 Reuniões do Coletivo Nacional (Março, Junho e Julho)
 - * Reunião preparatória do Seminário Nacional de Juventude Negra em janeiro.
Local: Juiz de Fora/ MG
 - * 2ª Reunião preparatória do Seminário Nacional de Juventude Negra em março
Local: São Paulo / SP
 - * 3ª Reunião preparatória do Seminário Nacional de Juventude Negra, em abril
Local: São Paulo/ SP
 - * Seminário Nacional "Questão Ra-
- cial e Políticas Públicas" em maio. Realização Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, Fundação Perseu Abramo, Gabinete do Deputado Estadual Ben Hur e Diretório Regional de Mato Grosso do Sul.
Local: Campo Grande/ MS
- * Participação no Seminário Estadual de Movimentos Sociais, promovido pelo DR-MG em maio.
Local: Belo Horizonte/ MG
 - * Reunião do Coletivo da SNCR, com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, realizada em junho, com a pauta "Relações Raciais na administração de Porto Alegre."
Local: Porto Alegre/ RS
 - * Seminários junto ao 7º Foro de São Paulo, em julho, 120 participantes- com os temas "Racismo no Mundo na América Latina e no Caribe", "Um olhar de Solidariedade ao Continente Africano"
Local: Porto Alegre/ RS
 - * Encontros Setoriais Estaduais, maio, junho e julho
Locais: Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Sergipe.
 - * Estruturação das seguintes Secretarias Estaduais: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul.
 - * 5º Encontro Nacional de Negras e Negros do PT.
Local: Instituto Cajamar/ SP
- Publicações:**
- * "Faça a Coisa Certa", encarte especial para revista Teoria e Debate.
 - * PT em Destaque: Resoluções do IV Encontro Nacional de Negras e Negros
 - * Combate ao Racismo em Movimento: vários Artigos publicados no PT/ Notícias, Publicação do Diretório

Nacional e Linha Direta,
Publicação do DR-SP

AVALIAÇÃO DESSAS ATIVIDADES

Como avaliação, destacamos nesse conjunto de atividades o seguinte:

12 . **A preocupação com a formação política.** O nosso planejamento estratégico apontou como uma das prioridades a formação política, que por deficiências estruturais (o conjunto do Partido não tem investido na formação política) não atingiu o nível desejado e exigido, porém criou as condições para uma intervenção mais qualificada.

13 . **A Campanha Faça a Coisa Certa.** Mobilizou parcela significativa do Partido de forma minimamente organizada, para o voto racial, vinculado a propostas de políticas públicas, com o objetivo de transformar a partir das administrações e dos Vereadores petistas a realidade da população negra. Esta campanha deverá ter continuidade, pois entendemos que esta ação transcende a questão de cor de pele e possibilita aprofundarmos a discussão no partido e na sociedade. Porém, mesmo tendo sido uma iniciativa inusitada não deu os resultados políticos esperados, no que se refere a ganhos da participação negra nas disputas eleitorais. No interior do Partido, as discordâncias deram-se devido a conjuntura dos Estados (como por exemplo a disputa entre Celso Pitta e Erundina) e a incompreensão da dimensão do voto étnico pela Direção Nacional, o que implicou num retardamento na produção do material e em dificuldades para o desenvolvimento da campanha.

14 . **A ampliação do numero de Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo.** Das quatro Secretarias existentes (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco) chegamos ao 5º Encontro Nacional de Negros e Negras com a estruturação de mais seis nos seguintes Estados: São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Além disso, em outros Estados em que realizamos os Encontros Estaduais (Goiás, Santa Catarina e Sergipe) registramos a existência de organismos

de Combate ao Racismo.

Essa nova realidade irá contribuir para a maior organicidade da intervenção da militância negra, para a capilarização de nossa ação e para nacionalizar, de fato, nossa presença no interior do Partido e na sociedade brasileira.

Apesar das dificuldades e de alguns problemas detectados, o coletivo da atual gestão da SNCR, podemos afirmar, conseguiu solidificar um alicerce para o combate ao racismo nas demandas futuras do nossa militância.

AVALIAÇÃO DA SNCR

15. O momento político experimentado pelo Partido dos Trabalhadores tem-se expressado conflitivo e distante, em certa medida, das lutas sociais . Na maioria das vezes ao tentar resolver ou superar as lutas intestinas, tem ido a reboque dos Movimentos. A opção do PT em priorizar a política institucional fragiliza as lutas dos movimentos sociais. Esta estratégia sustentada numa visão eleitoreira, não permite avanços na organização social.

16. A SNCR, neste período, sem ficar alheia a esta realidade, buscou constituir-se enquanto elemento aglutinador e dirigente das lutas raciais no interior do Partido. Neste sentido ao propor uma avaliação, é importante ressaltar que podemos considerar termos atingido um saldo positivo.

17. Inúmeros aspectos apontam nesta direção. Entre eles podemos listar como um dos principais a convivência coletiva na busca do equilíbrio, mesmo tendo conhecimento das possíveis divergências e/ou diferenças.

19. Ao realizarmos uma avaliação sobre o trabalho do atual Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, queremos na verdade, compartilhar com o conjunto da militância negra petista as dificuldades e alegrias que tivemos durante esta gestão que se encerrou neste V Encontro.

20. Um primeiro aspecto a ressaltar é que o grupo componente do Coletivo traz em seu conjunto diferenças explícitas, tanto no tocante a relação com o movimento negro, quanto à compreensão da ação do PT, interna e exter-

namente. Contudo essas diferenças - até de compreensão ideológica da sociedade não se revelou, em incapacidade de realizar um trabalho conjunto.

21. A necessidade de construção de uma efetiva política de combate ao racismo deu mostras a que a unidade na diversidade é possível de ser operada, desde que as divergências também sejam pensadas como uma forma de construção.

22. Detectamos que o Coletivo da S.N.C.R conseguiu trabalhar com fidelidade ao objetivo proposto no IV Encontro Nacional. O que não representa uma superação a qualquer custo de nossas diferenças. É antes de mais nada, o exercício da tolerância na construção de um projeto para o povo negro deste país.

23. As atividades desenvolvidas durante o período que sucedeu a criação da Secretaria , foram a mola propulsora de nossa ação política no interior do PT. Os diversos seminários, as várias reuniões realizadas deram uma visibilidade nítida da organização da militância negra petista. Passamos a ser respeitados enquanto interlocutores políticos no partido, por mais que ainda de maneira pouco efetiva.

24. Se as atividades, nos deram fôlego e visibilidade política interna e nos possibilitou fomentar debates sobre o combate ao racismo por outro lado, tivemos pouca energia na construção de políticas para fora do PT.

25. A produção do conhecimento sobre a questão racial ficou prejudicada frente a estrutura funcional que adotamos na S.N.C.R, criando um vácuo entre o discurso e a prática. No entanto, essa fragilidade na produção do conhecimento acaba refletindo uma situação genérica vivida por nosso partido o que nos coloca uma responsabilidade maior na superação destas dificuldades.

26. Durante este processo de construção da S.N.C.R, que se estenderá por muito tempo, a direção do partido reagiu positivamente à instituição da Secretaria, participando e dando apoio às iniciativas propostas. Mais por conta da capacidade de intervenção e articulação dos negros e negras, do que pelo entendimento que a questão racial é fundamental para a compreensão da sociedade brasileira.

III- O MOMENTO POLÍTICO

27. A política econômica mundial orienta-se cada vez mais pela visão neoliberal. O governo brasileiro de FHC, apoiado pelo capital financeiro internacional, segue à risca esta teoria execrável, concentradora e excludente. A política neoliberal fundamenta-se na propaganda da *não-intervenção do Estado no mercado, no sucateamento do patrimônio público e principalmente no fim de um Estado de bem-estar social, ainda que precário*. A estabilidade monetária desta política é mantida graças às altas taxas de juros, ao desemprego em massa e à contenção de verbas públicas destinadas à saúde, à educação, à habitação, ao saneamento... A exclusão é o grande legado para uma parcela significativa da população brasileira, na qual os negros e negras representam o maior contingente.

28. O projeto neoliberal apesar de seu avanço global no final dos anos 90 enfrenta uma resistência maior e derrotas localizadas. As recentes eleições na Inglaterra, França, Itália, México demonstram dificuldades na implementação política e econômica desse projeto. Temos também de ressal-

tar as lutas dos trabalhadores da Ásia, a grande mobilização dos trabalhadores europeus contra o desemprego, a grande marcha do povo francês na defesa dos imigrantes, as greves gerais na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, são sinais positivos.

29. A globalização da economia expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo. É alardeada, pelos neoliberais, como força dinamizadora do modo de produção capitalista e proporcionadora da mundialização dos mercados. Na verdade, caracteriza-se como uma nova roupagem do velho, nefasto e cruel imperialismo, trazendo em seu interior as marcas da excludência e destruição.

30. O desenvolvimento tecnológico em um capitalismo globalizado agrava as tensões sociais, elimina emprego, fabrica um contingente permanente de desempregos, agudizando as desigualdades sociais. Neste cenário trágico, a xenofobia e o racismo exacerbam-se. A Europa, os Estados Unidos e os demais grandes blocos econômicos que se construíram às custas da rapinagem de outras civilizações, atualmente "aprimoram suas leis contra a imigração, principalmente de estrangeiros oriundos da África, das Americas Centrais e do Sul. Não se pode esquecer que este continente foram durante séculos alvos da exploração e domínio colonial daqueles. Os espoliados, do passado, tornam-se novamente as vítimas preferenciais do capitalismo monopolista dos países centrais. Recebem, no presente, como legado dos predadores- a miséria, a exclusão e o aviltamento-. O incentivo e ou indiferença dos países desenvolvidos em relação às lutas internas no continente africano, deixam antever o desejo, mesmo não manifestado, de extermínio do continente negro.

REALIDADE BRASILEIRA

31. Em recente pesquisa divulgada pela ONU, a média da população brasileira ocupa o 63º (sexagésimo terceiro) lugar em qualidade de vida no mundo. Tal dado revela que o Estado brasileiro é dividido, entre uma pequena elite cercada de privilégios e uma massa de excluídos. Parte significativa destes excluídos é composta por pessoas totalmente despojadas de qualquer controle sobre

suas próprias condições de vida, vivendo sob mais miseráveis condições.

32. A política neoliberal de FHC agrava mais a situação de marginalização do povo brasileiro. O sucateamento da saúde e do ensino público, a falta de programas para a habitação popular e de uma política para implantar uma reforma agrária séria, são problemas que, associados ao crescente nível de desemprego, fecham o círculo de miséria em torno dos chamados "inempregáveis". Este neologismo empregado por FHC para designar uma nova forma de desemprego estrutural, provocada pela tecnologia e pela globalização, refere-se aos trabalhadores tecnologicamente despreparados para ocuparem os novos postos de trabalho. "Inempregáveis", portanto, são aqueles que já constaram alguma vez no percentual que forma a população brasileira economicamente ativa.

32A A realidade internacional interfere profundamente na realidade nacional.

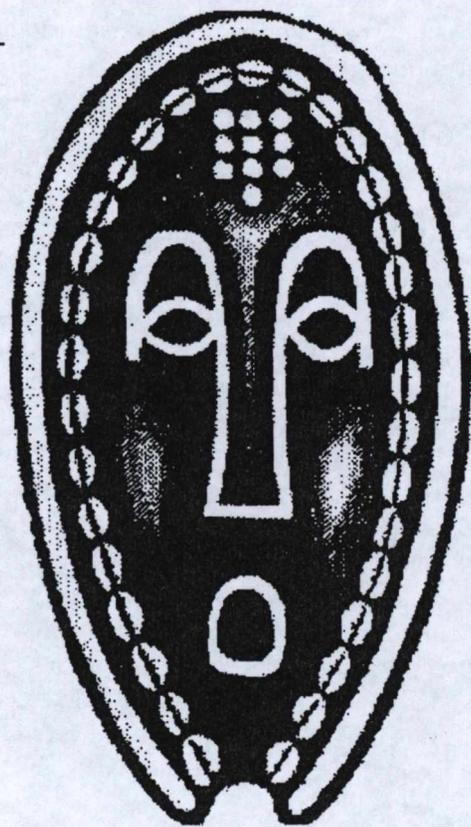
FHC é o fiel escudeiro do projeto neoliberal, que hoje deve ser combatido com todas as forças. É fundamental para o atual momento político a derrota de FHC e seus aliados com suas reformas (trabalhistas e providenciárias). É urgente a construção de um projeto alternativo democrático e popular.

REALIDADE DO POVO NEGRO

33. Segundo estudo inédito, realizado por dois pesquisadores negros, a historiadora Vania Santana e o economista Marcelo Paixão, da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que cruzaram a metodologia internacional para cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano com dados oficiais sobre a população negra, publicados pelo IBGE em 1990, relativos à esperança de vida, à situação educacional e ao nível de rendimentos dos habitantes, o povo negro ocupa a 120ª (centésima vigésima) posição, considerando a pesquisa feita pela ONU.

34. Esses dados servem para desmascarar, completamente a farsa da propaganda do mito da "democracia racial brasileira", na medida em que revela a baixa qualidade de vida e do povo negro deste país.

35. As negras e os negros brasilei-



ros ocupam em grande parte a chamada economia informal de trabalho. No mercado formal, desempenham as tarefas consideradas de menor qualificação. Com o avanço das políticas neoliberais, vizibiliza-se para este contingente uma realidade ainda mais perversa. Formarão uma legião de pessoas com **inacessibilidade ao emprego** - serão estruturalmente os "desempregáveis" - não terão acesso a uma carteira de trabalho assinada.

TAREFAS NA CONJUNTURA

* Participar das mobilizações quando do julgamento de José Rainha

* Participar da mobilização do 07 de setembro, Grito dos Excluídos;

* Participação na Greve Geral contra o desemprego marcada para o segundo semestre deste ano;

* Participação na Conferência Nacional sobre a Terra, Trabalho e Cidadania unindo as esquerdas e os movimentos sociais.



IV-PONTOS PARA O DEBATE EM TORNO DA RELAÇÕES RACIAIS E DE UMA NOVA ESTRATÉGIA DA LUTA ANTI-RACISTA NO BRASIL.

36 . Nas estratégias de construção da luta anti-racista em nosso país, desde a Frente Negra Brasileira até o início da década de 70, prevalece um discurso que não tem um corte de classe e a organização se dá sem essa mediação. Ou seja, a ética global do Movimento Negro que se organiza nesse período é a da luta contra o racismo através do combate a uma cultura branca dominante que não passa necessariamente pelo corte de classe e onde prevalece a valorização e reforço da cultura e identidade negra.

37 . A partir dos meados de 70 com o surgimento do M.N.U. - Movimento Negro Unificado (e este é seu principal legado), o movimento negro começa a construir a mediação de um recorte de classe na luta anti-racista, procurando estabelecer uma ponte com o movimento do período anterior. Isso ocorre através da combinação das reivindicações entendidas como políticas com as questões culturais que recebemos como herança acumulada - a leitura do racismo na sociedade brasileira com um conteúdo de dominação de raça e de classe.

38 . O novo discurso do movimento negro em disputa com o pensamento conservador da luta anti-racista e com os teóricos de setores progressistas e de esquerda no Brasil é o seguinte: o racismo no Brasil é consequência do desenvolvimento capitalista brasileiro mas ele não pode ser explicado ou articulado apenas a partir do desenvolvimento capitalista em nosso país e fora dele. Para que a ação do movimento negro não seja uma ação fragmentada e apenas para si, deve ser mediada para além da contradição capital-trabalho, mas também pela contradição raça e classe (capital-raça-trabalho). Questiona, ainda, a idéia vigente de que o socialismo, ou seja a substituição de um modelo vigente por outro, será resolvido o problema do racismo. O que ficou confirmado nas relações econômicas, políticas, culturais e sociais, nos países do chamado nacionalismo real. Nesses países não conse-

guimos superar as diversas formas de preconceito e discriminação (gênero, etnia, orientação sexual, raça, etc...). Portanto, a luta contra todo tipo de discriminações e sua superação se constitui em um elemento estratégico passa a construção de um projeto socialista para o Brasil.

39 . Entendemos esse novo discurso como uma primeira vitória do movimento negro contemporâneo, pós 70, frente as forças conservadoras da luta anti-racista e também frente às forças progressistas e de esquerda que começam a surgir com um nova roupagem no cenário político de então.

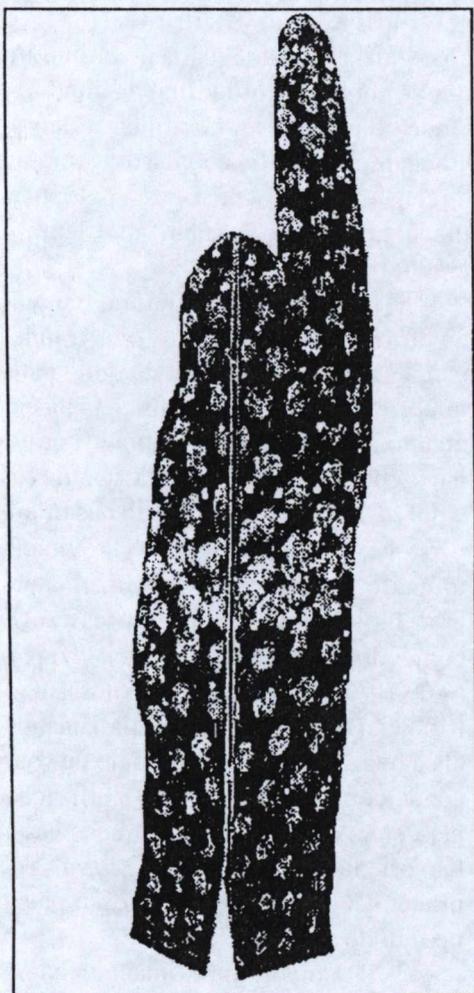
40 . O Movimento Negro começa a propor aos demais movimentos e a sociedade civil, o rompimento com uma dimensão física e instrumental da política cuja principal marca é uma cultura reivindicatória, corporativa e aparelhista, não adequada a conjuntura que se abre a partir do final da ditadura. Onde começamos a combinar a democracia representativa com a democracia direta, uma exigência imposta pela abertura democrática, mesmo que lenta e gradual.

41 . Nessa nova conjuntura, o movimento negro age, mesmo que timidamente, a partir de uma ética onde mais importante que a ação política vista enquanto a disputa de aparelhos e por espaços públicos é a disputa por novos valores. Isso pode ser notado nas mobilizações impulsionadas pelo movimento negro e nos estudos produzidos por esse movimento, como expressão do conteúdo dado a luta anti-racista a partir de 70. Nossa proposição e nossa contribuição ao pensamento socialista mescla a busca de um novo modelo de sociedade com o de uma outra civilização, para além da eurocêntrica, que até aqui tem orientado e influenciado as vidas de brancos e não-brancos no nosso país e no mundo.

42 . De nossa aproximação com as forças de esquerda temos como saldo, a

partir da década de 80, e início da década de 90, principalmente com a militância de quadros e lideranças do movimento negro no Partido dos Trabalhadores, o direcionamento de lutas específicas, particulares e localizadas para as de caráter mais globalizantes. Outros parâmetros são incorporados a luta anti-racista e as nossas estratégias. Ao nosso discurso são incorporadas palavras próprias do vocabulário político de esquerda como: democracia, hegemonia, ampliação da cidadania, reformas sociais. Parâmetros que ampliam nosso horizonte de luta. Da denúncia de uma situação concreta de racismo em nosso cotidiano, passamos a uma outra combinação: a da mobilização e ação com a busca de formulação de políticas públicas transformadoras dessa situação.

Frente a essa nova realidade qual tem sido o discurso do movimento negro? O Racismo não é unicamente um problema dos negros e negras brasileiros, mas sim de toda a sociedade brasileira. A partir dessa compreensão é que começamos a olhar a prática partidária como mais um caminho na luta anti-racismo.



V-NOVOS DESAFIOS

43. Se pensarmos o nosso futuro a partir da contradição raça e classe (capital-raça-trabalho), onde a necessidade do trabalho de manufatura, deixará de existir e a necessidade de uma população desinformada, sem educação, também deixarão de existir, acompanhando o pensamento dos que concluem ser o processo de globalização em curso inevitável, poderemos tender a uma visão pessimista sobre o nosso futuro enquanto povos negros- **no futuro será difícil encontrarmos um lugar para nós negros.**

44. Isso, mesmo que pensado a partir de uma visão pessimista, torna fundamental a negação e enfrentamento com o modelo de desenvolvimento que FHC e seu ideário neo-liberal, a todo custo tenta nos impor.

45. Nesse momento devemos entender cada vez mais o racismo como a expressão da exploração e dominação de uma raça (*) classe, sobre a outra, para manter não mais uma outra raça/classe, apenas subordinada. E essa diferença é importante. O modelo de desenvolvimento que está sendo proposto para nós ainda é mais cruel: nele a população negra passa de excluída para totalmente descartável!

46. Os desafios colocados para a geração de militantes da qual fazemos parte são ainda maiores. Para nossa geração, o que motiva a nossa luta e o que pode manter viva a nossa utopia é o legado de liberdade que poderemos deixar para nossos filhos. Para nós, negros e negras, a utopia socialista permanece central na definição de nossa estratégias.

NOVOS PROBLEMAS E MAIORES EXIGÊNCIAS

47. Mesmo aqueles que enxergam o movimento negro brasileiro como um "ajuntamento" de militantes marcados pela diversidade e fragmentação, comecem a perceber que esse movimento introduziu no debate em torno do significado do direito e da cidadania em uma sociedade democrática, questões importantes.

48. Compreendemos o direito e a cidadania não apenas como justiça social mas sim como o anseio de uma população que é a metade de um país e que deseja se tornar visível e fazer parte de uma sociedade que se organiza e que projeta um horizonte mais justo, sem discriminação de raça, classe, sexo e outras formas de dominação, a partir do resgate histórico de um embrião de uma sociedade socialista sonhada por Palmares e seus Quilombolas.

(*): Diante da divergência conceitual quanto aos termos "Raça" e "Etnia", tanto no meio acadêmico quanto no movimento, optamos por utilizar o primeiro por ser mais identificado com a postura política - social do texto.

49. A necessidade de cidadania em terras brasileiras é um debate público e participamos dele não apenas fisicamente mas como sujeitos legitimados pelo questionamento permanente da perversa trajetória da construção da cidadania em nosso país, onde a população negra tem sido uma das maiores vítimas desse processo.

50. Uma trajetória tão perversa onde ao atingirmos conquistas mínimas, nos sentimos indignados pela quantidade de miseráveis e excluídos apontados pelos indicadores sociais, estudos e pesquisas, que certamente não terão acesso nenhum a estas conquistas.

51. Novos problemas e maiores exigências nos são colocadas, frente a esse novo quadro político: o embate entre os incluídos na reestruturação capitalista proposta e os excluídos dela, que cinicamente FHC chama de "inempregáveis", dá uma outra dimensão e torna mais complexo o combate ao racismo.

52. A) Temos que assumir como tarefa a organização desses excluídos. Onde de forma desorganizada se encontra a maioria da população negra lutando pela sua sobrevivência.

Deixar de lado esta tarefa é aceitar a tutela do assistencialismo com que o Estado brasileiro sempre nos tratou e que hoje é reforçada através de programas como o Comunidade Solidária que retrata bem a forma como esse Estado

nos vê e nos trata.

É lógico que sozinhos não executaremos essa tarefa. É necessário uma articulação no campo democrático e popular, com partidos, sindicatos, movimentos sociais, parlamentares e governos.

53. B) Temos que passar a pensar a nossa luta não apenas a partir da via institucional, conquistas materiais e ocupação de espaços públicos.

Não podemos negar a importância dessas questões mas acreditar e apostar unicamente nelas é acreditar na possibilidade de um capitalismo que nos exclui, que não nos quer, como um caminho para a resolução de nossos problemas. A mobilização, a disputa da hegemonia política e a construção de um projeto alternativo ao neo-liberalismo, deve ser o centro de nossas preocupações.

54. Entretanto, esse debate não pode ser realizado de forma isolada, responsabilizando apenas a militância negra. Deve ser assumido pelo conjunto da militância e por todas as instâncias do PT.

55. Para torná-lo concreto, a próxima gestão da SNCR deve retornar uma das propostas de ação já aprovada em nosso IV Encontro. É propor a convocação e realização de um Encontro Democrático Nacional sobre a Questão Racial, onde seja definida a estratégia de luta anti-racista do Partido dos Trabalhadores.

A SNCR deve, também, manter intercâmbio com as organizações do movimento negro, respeitando sua autono-

mia mas assumindo uma postura propositiva no Combate ao Racismo. É importante tornarmos permanente a relação com esses movimentos, debatendo e incorporando suas idéias e planos de luta, na mobilização da população negra e anti-racista para o enfrentamento dessa difícil conjuntura.

QUESTÕES A SEREM APROFUNDADAS:

56. * o debate em torno das relações raciais no Brasil, priorizando uma nova estratégia de luta anti-racista diante do novo quadro político-econômico-social-cultural, a nível nacional e internacional;

57. * o debate, no interior do PT, quanto ao caráter estratégico da luta-anti-racista, na disputa por uma sociedade socialista e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo;

58. * o debate conceitual das temáticas gênero e raça e a fundamentação da organização das mulheres negras no Brasil;

59. * a intervenção mais direta em relação as comunidades negras rurais envolvendo, também, nossos parlamentares e governos;

60. * o envolvimento da juventude negra no processo de elaboração política e intervenção no Partido.

61. A partir dessas questões, estabelecer um programa de ação para a intervenção da militância negra e anti-racista no Partido dos Trabalhadores, na sociedade e, inclusive, no debate eleitoral presidencial de 1998.

VI- RELAÇÕES RACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos Governos Petistas

62. A vitória do PT em mais de cem prefeituras em todo o país coloca para o partido, e particularmente para a militância negra, a responsabilidade de desenvolver políticas públicas orientadas pelo enfoque racial e destinadas a combater as desigualdades sócio-raciais existentes no país.

Até o momento a ação institucional das administrações petistas fez pouquíssimos avanços no tocante à questão racial. A rigor, podemos dizer que o "modo petista de governar" ainda não superou a vocação pseudo universalista que abstrai as diferenças e desigualdades efetivamente existentes na sociedade, adotando fórmulas genéricas e abstratas como governar para as maiorias, inverter prioridades, etc.

Essas generalizações, apesar de representarem um avanço nas relações políticas no país, não atingem, nas devidas proporções, os negros e negras, pois estes estão submetidos a um estatuto informal de subcidadania, requerendo, portanto, enquanto raça e povo negro, o direito social ao acesso efetivo aos instrumentos e oportunidades para o exercício dos direitos individuais e coletivos elementares mediante a implementação de políticas públicas específicas.

O tratamento mais comum adotado por algumas administrações petistas tem sido o de instituir Conselhos e outros similares como órgãos específicos para tratar da questão racial, secundarizando e reduzindo o alcance das iniciativas possíveis no âmbito da gestão do município. É preciso enfrentar o racismo de forma globalmente articulada através de uma estratégia de abordagem multidisciplinar. Citamos o professor KABENGELE MUNANGA: "A confissão, a retórica e os discursos bem intencionados não são suficientes para quebrar as bases estruturais desse ra-



cismo. É preciso, pois, incrementar estratégias e políticas públicas de combate à discriminação nos campos onde ela se manifesta concretamente, ou seja, nos domínios da educação, cultura, lazer, esportes, leis, saúde, mercado de trabalho, meios de comunicação, etc.”

Faz-se necessário entender que o combate ao racismo não pode ser desenvolvido por um órgão, seja ele qual for, com políticas isoladas e desconectadas do eixo estratégico de atuação da gestão democrática popular. O conteúdo anti-racista deve se revelar na globalidade da ação administrativa e nas iniciativas políticas das prefeituras, inclusive no plano simbólico das representações e percepções presentes no imaginário popular sobre o poder municipal e seu exercício.

A experiência petista que mais avançou nessa direção foi a do governo Patrus Ananias em Belo Horizonte, que, a partir da discussão sobre a convenção 111 da OIT, implementou um programa denominado “Oportunidades Iguais para Todos”. Essa iniciativa se distingue positivamente das demais pelas seguintes características: busca “identificar as fontes de discriminação direta e indireta, eliminá-las e adotar procedimentos e instrumentos legais que assegurem a promoção da igualdade”; a responsabilidade pela implementação desse projeto não cabe a um órgão isolado, sendo “assumido pelo conjunto da Administração, na qualidade de uma política de governo”, constituiu-se um fórum permanente, composto pelos movimentos sociais, para acompanhar as discussões e a implementação do projeto.

Obs: a SNCR estará procurando os movimentos organizados que trabalham a questão educacional e racismo no sentido de buscar formas de mudanças nos conteúdos e nos currículos escolares a fim de combater o racismo. Educação Pública - Educação Infantil / Integra-se aos Fóruns em defesa da escola pública no sentido de inserir a temática racial nos espaços de discussão estabelecendo a relação com os trabalhadores e as trabalhadoras da Educação.

No conjunto do Partido

63. Como nós todos sabemos, o PT, por conta de sua origem e pela inserção

organizada desde a sua pré-fundação de militantes negros (e de outros Movimentos Sociais), deveria formular e executar políticas capazes de revelar, realmente, a preocupação com a questão racial, no entanto, isso não acontece. Existe um autoritarismo social que permeia as relações no Partido dos Trabalhadores, partido, aliás, que tem negros, desde a sua pré-fundação, em profusão.

Esses fatos revelam a necessidade de uma estratégia dos negros militantes e dirigentes do coletivo e das secretarias (municipal, estadual e nacional) para a organização do conjunto de militantes negros e negras. Essa é, prioritariamente, a primeira tarefa. A segunda tarefa, dependente da hegemonia da questão junto aos militantes petistas negros e simpatizantes, deverá forçar a adesão do partido num sentido mais amplo e, principalmente, das suas direções nas mais diferentes instâncias do partido.

A estratégia adotada, pelos negros petistas e destas instâncias, terá, portanto, que levar em conta as seguintes barreiras:

a) O PT não tem a dimensão exata da questão racial; os seus militantes negros e engajados na luta anti-racismo, por conta da visão hegemônica que dilui a problemática racial nas chamadas lutas gerais, não conseguiram ainda romper com o autoritarismo e o imobilismo existente no interior do partido e nem organizar a militância negra, a bem da nossa luta, condição indispensável para uma política efetiva contra o racismo.

b) Teremos também de incorporar as políticas oriundas do Movimento Negro e por essa via, e não apenas por bom “senso”, solidariedade, tornarmos a questão racial e a luta contra o racismo hegemônica no PT, garantindo a visibilidade do negro militante e das propostas anti-racismo respectivamente nos escalões do partido e nas formulações políticas.

No Seminário de Campo Grande/MS

64. No Seminário Nacional de relações Raciais e Políticas Públicas, realizado no período de 09 a 11 de Maio de 1.997, na cidade de Campo Grande-MS, acrescentamos algumas questões ao debate em curso.

Introduziu o debate em torno das políticas de ações afirmativas com o objetivo de implementar políticas de promoção de igualdade, de tratamento e oportunidades, em específico para a população negra brasileira. Essa sugestão é polêmica entre nós e como não conseguimos aprofundar a discussão sobre o tema nesse Encontro, a próxima gestão da SNCR deve criar formas e mecanismos que encaminhem este debate e uma decisão em torno da questão já que políticas de ação afirmativa estão presentes em muitos dos projetos de nossos parlamentares e nas ações de nossos governos.

65. O seminário de Campo Grande indicou, também, as seguintes ações:

* pautar o debate sobre relações raciais e políticas públicas, em conjunto com a secretaria Nacional de Assuntos Institucionais - SNAI, com os nossos governos e parlamentares;

* articular em conjunto com nossa bancada de parlamentares no Congresso Nacional, a realização em 1997, de um seminário sobre o tema, dirigido ao conjunto de parlamentares de nosso Partido, preocupados com a questão anti-racista.

* implementar a constituição de um Banco de Dados com os projetos de nossos parlamentares e ações de nossos governos municipais e estaduais, contendo políticas de combate ao racismo, de formação de igualdade e garantia de oportunidades para a população negra.

Em Porto Alegre/RS

66. Durante a reunião do coletivo da SNCR realizada em Porto Alegre, no mês de junho de 1997, acertamos com a prefeitura local a realização de um seminário sobre o, desenvolvimento de políticas públicas voltadas para gênero e raça nas administrações democráticas e populares. Uma primeira proposta foi formulada pela SNCR e a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania - CDHC, da Prefeitura de Porto Alegre / RS e com a sugestão é que o seminário seja realizado no mês de novembro desse ano ou no primeiro trimestre de 1998.

Outras indicações do V Encontro

* orientar as Secretarias Estaduais de

Combate ao Racismo, para a realização de Seminários locais com a militância para subsidiar o Seminário Nacional de Políticas Públicas.

* promover uma reunião entre a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores e a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, para discutir políticas públicas, baseadas nas resoluções dos seminários estaduais.

* viabilizar uma publicação com os conteúdos de todas as atividades desde o Seminário de maio de 97.

VII-AS ELEIÇÕES DE 1998

67. Para o próximo ano estão agendadas as eleições para Deputados: Estaduais e Federais, Senadores, Governos de Estados e Presidente da República.

68. Partindo do que já acumulamos em anos anteriores, principalmente no Programa de Governo apresentado ao debate eleitoral na última disputa presidencial pelo companheiro Lula, que continha o item "Cidadania dos Negros", a SNCR deve começar de imediato a preparar a nossa participação no projeto eleitoral de 1998.

69. Já na primeira reunião da próximo coletivo, se possível com a participação dos Secretários Estaduais de Combate ao Racismo, deve planejar essa participação.

70. É necessário a constituição de GT Eleições, com ramificação nos Estados, que auxiliem a SNCR na formulação de uma primeira proposta de Governo, a ser debatida, de uma forma ampla e democrática, pelo conjunto de nossa militância.

VIII-AMPLIAR AS NOSSAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

71. No IV Encontro aprovamos a necessidade, em conjunto com a secretaria Nacional de Relações Internacionais, mantermos relações internacionais

com partidos e movimentos sociais de países de maioria negra.

72. Através de nossa participação no recente 7º Encontro de Foro de São Paulo (uma articulação que congrega Partidos e Movimentos Sociais da América Latina e do Caribe), realizada na cidade de Porto Alegre, percebemos que esse Foro é um espaço privilegiado para ampliação de nossas relações internacionais.

73. Essas foram as propostas de resoluções que apresentamos em Plenário aos participantes do referido Encontro e que devem estar na pauta dos planos de nossa secretaria.

A- O COMBATE AO RACISMO E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA ÀS POPULAÇÕES NEGRAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

74. O 7º Foro de São Paulo aconteceu no momento em que a implementação de políticas neoliberais, em várias partes do mundo, traz como consequência a ampliação do racismo, da exclusão e marginalização das populações negras e mestiças.

75. Neste contexto, ao falarmos de racismo e discriminação racial na América Latina e Caribe, falamos de formas e de instrumentos de dominação e de controle social que tem como objetivo negar e anular o exercício dos direitos humanos, da cidadania e das liberdades fundamentais nas esferas políticas, econômicas, sociais, culturais...para milhares de pessoas desta parte do mundo.

76. Aqui, a eliminação ou inexistência de sistemas de produção, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, o desmonte das políticas sociais, a miséria e a fome, a brutal violência nas suas mais variadas dimensões, atingem principalmente as mulheres e os jovens, em meio às privatizações de setores estratégicos e ao aumento vertiginoso do desemprego estrutural, lançam as populações pobres, em alguns de nossos países, a exemplo do Brasil e do Haiti, majoritariamente negras e mestiças, à dramática, terrível e nefasta condição de excedente populacional descartável.

Diante desse cenário propomos ao 7º Foro de São Paulo o seguinte:

77. A) que nos debates, nos conteúdos dos Programas e Plataformas de

Ação dos Partidos e Movimentos Sociais sejam assumidos que os países da América Latina e do Caribe são constituídos por população multirraciais e multiculturais, onde o racismo é uma das causas fundamentais que impede o desenvolvimento sustentável das populações negras e mestiças;

78. B) que as definições do Foro de São Paulo considerem a absoluta impossibilidade de transformações estruturais de nossos países, sem o devido tratamento da questão racial e do caráter estratégico do combate ao racismo na disputa por uma sociedade nova e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo, propondo para o novo milênio que se aproxima um horizonte mais justo, sem discriminação de raça, classe, sexo e outras formas de dominação.

79. C) que em contraposição ao neoliberalismo que aponta como perspectiva para os problemas sociais, única e exclusivamente a saída individual, seja reforçada a necessidade de uma atuação coletiva, de saídas de caráter social para eliminação de toda as formas de racismo, xenofobia e manifestações de intolerância.

80. Nesse sentido, ao Foro de São Paulo cabe criar e fortalecer ações e mecanismos necessários para erradicar essas práticas e garantir os direitos de homens e mulheres (negros, índios e mestiços) de serem tratados na América Latina, no Caribe e em todo o mundo, com dignidade e como seres humanos que tem o direito a serem felizes.

81. Para concretizarmos esse anseio, propomos ao 7º Foro de São Paulo a criação no seu interior de uma Coordenação de Partidos e Movimentos Sociais para o combate ao Racismo.

B- A SOLIDARIEDADE AO CONTINENTE AFRICANO

82. Saindo de uma realidade onde, nos últimos dois anos, morreram cerca de meio milhão de pessoas de doenças pulmonares, sem contabilizarmos um enorme número de mortes africanos apresentam indicadores de mudança na difícil situação de continente africano nas últimas décadas.

83. O final do Apartheid Sul Africano e de longas ditaduras, com a que-

da de desastrosos ditadores como Idi Amin. Bokassa e recentemente de Mobutu no antigo Zaire e agora República Democrática do Congo, aliados ao novo papel que a África do Sul, através do Governo de Nelson Mandela, está se propondo a cumprir na busca de governabilidade e desenvolvimento para o Continente Africano, são indicadores de que estão ocorrendo significativas alterações na vida política econômica dessa região.

84. Em paralelo, a imprensa internacional, principalmente das potências coloniais e imperialistas de países, que por longos anos dominaram a África Negra ou apoiaram as ditaduras que dilapidaram e enfraqueceram qualquer perspectiva de desenvolvimento dos países africanos, retoma a histórica campanha propagandística de que a "África deixada por si só, não tem jeito". Tentam ocultar e desqualificar as mudanças que lá estão ocorrendo.

85. Um dos objetivos do Foro de São Paulo é estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional, criando espaços de concertação e coordenação dos países da América Latina e do Caribe com outras áreas do mundo, em busca de interesses comuns. É com essa perspectiva que chamamos os Partidos e Movimentos Sociais que compõem o Foro de São Paulo, para que, através de um novo olhar para a África, estabeleçam laços para uma política ativa de apoio e solidariedade Internacional à reconstrução do Continente Africano.

86. Além de viabilizar o encaminhamento dessas resoluções, a SNCR deve planejar uma atividade de caráter internacional, juntamente com outras instâncias do PT (Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Formação Política e Fundação Perseu Abramo) para aprofundarmos o debate sobre as relações raciais para além da América Latina e do Caribe, visando a globalização do Combate ao Racismo junto aos Partidos e Movimentos Sociais voltados a luta anti-racista.

IX- RELAÇÃO COM O PARTIDO

A SNCR foi criada em 1996, repre-

sentando a ressonância da militância anti-racista fora dos espaços petistas. Por isso, apesar de representar uma vitória, significa, também, um risco de acomodação interna e esvaziamento do seu papel.

A vitória política consiste no reconhecimento da emergência da organização dos negros e negras, na impossibilidade de manutenção de uma atitude de desprezo diante do debate sobre as desigualdades raciais, no reconhecimento da importância da militância negra petista e na possibilidade de debate permanente acerca da luta anti-racista como principal móvel civilizatório e democratizante das relações sociais, econômicas e políticas do Brasil.

Para tanto, se faz necessária uma SNCR combativa e crítica às posições das direções partidárias que não contribuam para o avanço da organização do povo negro do Brasil. Impõem-se o enfrentamento de um duplo desafio: reforçar a organização autônoma do movimento negro, buscando sua unificação política, e lutar contra as resistências dos companheiros que, independentemente de coloração ideológica ou matiz revolucionário, se revelem monocromáticos e inflexíveis na reprodução de um olhar branco sobre o país.

Incorporar a questão racial significa redefinir a auto-referência eurocêntrica, quebrar a ortodoxia de uma tradição teórica economicista e pseudo-universalista que só leva em conta as diferenças de classes, interromper a marcha rumo a uma integração à instituicionalidade e romper com a apropriação privilegiada de espaço de direção e representação pelos brancos.

O risco se coloca pela possibilidade de utilização da SNCR como bumbo para esconder o desinteresse das direções partidárias no debate acerca da questão racial, transformando essa instância num espaço de acomodação de tensões, sem colocarem pauta o compromisso efetivo do PT com a luta anti-racista. Essa possibilidade de distorção do papel da SNCR se traduz na hipótese de alinhamento com a direção ou com os setores majoritários, em detrimento do papel de crítica e permanente cobrança, para que haja uma efetiva incorporação pelo coletivo partidário da tarefa de destruição do apartheid brasileiro.

Afinal, uma das características do refinado apartheid brasileiro foi a transferência pelas elites brancas e seu Estado, de parte da responsabilidade pela opressão racial para todos os estratos brancos da sociedade. Através de uma espécie de terceirização da implementação da exclusão racial, desenvolveram-se políticas formais e informais de privilégios para os brancos, independentemente de origem, situação sócio-econômica, crença religiosa, gênero, orientação sexual ou preferência político-ideológica. Isso consolidou uma forte aliança, compartilhada tacitamente pela esquerda branca, que isola, subestima e busca manter na subalternidade o povo negro.

RESOLUÇÕES

Em relação a estrutura e metodologia das creches em nossos encontros

A creche é uma forma de viabilizar aos companheiros e companheiras a garantia de participação mais consequente no Partido e as crianças por ela atendidas a possibilidade de contato e compreensão de um novo projeto de sociedade.

A proposição de estrutura e metodologia das creches deve ser mostrada pelos princípios ideológicos que compõem o projeto de intervenção e transformação da sociedade que queremos: combatendo a exclusão social; racial e de gênero. Assim qualquer ação não construída no sentido dessa nossa organização deve ser entendido como um descompromisso político. Devemos, na prática, exercer uma política de combate ao racismo, sexismo e quaisquer outras práticas discriminatórias e excludentes, na formação de um novo cidadão e cidadã.

É preciso que o Partido defina um projeto para as creches, investindo na contratação de uma equipe de profissionais que tenham por critérios de seleção a tradução de nossas propostas em atividade de interesses das crianças de tal forma que estas interfiram positivamente na formação de sua cidadania.

É necessário não só a garantia da creche nos encontros, conforme estatuto do

Partido, mas que sejam implementadas atividades artístico-cultural para as nossas crianças negras objetivando a valorização da auto-estima, tais como:

- oficinas culturais:
 - . dança afro
 - . histórias africanas
 - . brinquedos e bonecas negros
- sala de vídeo com apresentação de filmes infantis que enfoquem a temática racial e a identidade étnica

Em relação ao Seminário Nacional da Juventude Negra Petista

O 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT delibera que a nova Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, não só mantenha mas assuma o compromisso de realizar o I Seminário Nacional da Juventude Negra Petista, sem alterar o moldes já definidos na atual proposta, organizada pelo GT Juventude e ainda garantindo a manutenção de seus membros até a realização do referido evento.

Tendo em vista que a orientação da Direção Nacional do PT é ter como prioridade investir na organização da juventude, propomos que a nova SNCR comprometa-se a manter este trabalho já iniciado, garantindo a continuidade do GT Juventude, ficando a nova composição do mesmo a ser indicado no Seminário Nacional e aprovado pela SNCR.

TAREFAS DA SNCR

O coletivo da SNCR deverá priorizar um conjunto de iniciativas políticas e organizativas, objetivando comprometer o conjunto partidário com o desafio de construção de uma sociedade multirracial, democrática e socialista.

No plano organizativo, destacam-se:
* garantir que o Secretário Nacional de Combate ao Racismo, eleito nesse Encontro, tenha assento na Executiva do Partido, com direito a voz e voto;

* que o próximo Coletivo da SNCR convide para sua primeira reunião os Secretários Estaduais de Combate ao Racismo, no sentido de se debater as dificuldades Regionais e possibilitar discussões e encaminhamentos conjuntos;

* propor mudanças no regimento em relação aos setoriais pois não são consi-

derados instâncias de base;

* promover uma melhor articulação com outros setoriais, através de atividades conjuntas planejadas para além dos momentos eleitorais;

* realizar um Encontro Democrático Nacional sobre a Questão Racial;

* reforçar a proposta de um Encontro com os parlamentares negros com o intuito de ideologizar as representações que temos;

* incorporar, de forma permanente, a presença racial negra nas publicações de nossa imprensa partidária e dar prosseguimento a revista "Faça a Coisa Certa";

* elaborar um vídeo sobre nossa política e a realidade dos Estados, como orientação formativa e informativa;

* preparar uma revista em quadinhos com a história de Zumbi e a história Negra na África e no Brasil.

MOÇÕES

- Moção de Considerações ao companheiro Dalmo Dalari.

- Moção de Repudio à atitude racis-



ta do estudante Rodrigo Ancora da Luz.

- Moção de Reconhecimento e Agradecimento a Irmã Miriam Inês Bersch.

O coletivo presente ao V Encontro acatou a proposta de dedicar o Encontro ao saudoso companheiro Herbert de Souza (Betinho), falecido no dia 09/08/97

Abertura, dia 08/08/97 - José Dirceu - Presidente Nacional do PT
dia 09/08/97 - Luiz Alberto - deputado federal (PT-BA)

Votação para escolha do Secretário Nacional de Combate ao Racismo

Flavio Jorge (SP) obteve 45 votos

Samuel Vida (BA) obteve 30 votos

apenas 2 abstenções

Composição da chapa 1

1- Martvs Chagas (MG)

2- Márcia Catarino (MS)

3- Mauro Fernandes (RJ)

4- Genivalda Santos (GO)

5- Ilma Viana (ES)

6- Nelson Padilha (SC)

7- Pedro Alberto (RS)

8- Antonio Vieira (MA)

Chapa 1 = 47 votos

Chapa 2 = 30 votos

Chapa 2

1- Verônica Rodrigues (RJ)

2- Sebastião Arcanjo (SP)

3- Jorge Luiz (RJ)

4- Cláudia Cardoso (RS)

5- Daniel Filho (PE)

6- Haidê de Jesus (RR)

7- Marcos Cardoso (MG)

8- Regina Lucia (SP)

Cajamar/ SP

Data: 08, 09 e 10 de agosto

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo